

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

CMI
COMITÊ MULTIDISCIPLINAR DE INCLUSÃO

Registro de Reunião

Data: 17 de outubro de 2018

PARTICIPANTES

PARTICIPANTES	
Dr. Fábio Francisco Esteves	Magistrado Titular - Presidente
Simone Fernandes Cosenza	Coordenadora e Servidora titular
Alessandra Cristina de Figuerêdo Leite	Secretariado do Comitê
Marisa Tristan Lourenço Goes	Representante suplente da SERH
Ruterson Vieira Teixeira de Freitas	Representante da SESA
Angelita de Carvalho Lindoso Marques	Representante da SESA
Francisco Xavier de Castro	Representante da Coordenadoria-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI)
Sérgio Rodrigues Peres	Representante da SEMA
Daniella Borges Mundim	Representante da Secretaria-Geral da Corregedoria
Reginaldo José da Silva	Representante da Coordenadoria de Segurança e Inteligência (CSI)
Sandra Mércia Ferreira Henriques de Souza	Representante da SEAP

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

CMI
COMITÊ MULTIDISCIPLINAR DE INCLUSÃO

Rafael Arcanjo Reis	Representante da Secretaria-Geral
Carmen Cecília da Fonseca Lemes Ferreira	Representante suplente da Secretaria-Geral
Ernandes Alves Feitosa	Representante dos servidores com deficiência
Elma Silvia Coelho Sousa	Representante suplente dos servidores com deficiência

Pauta:

- Apresentação dos novos membros da Comissão;
- Resolução 230 / CNJ;
- Plano de ação do NIC 2018;
- Plano de ação do NIC 2019;
- Assuntos gerais.

Registros:

Às 14h22 do dia 17 de outubro de 2018, na de aula da Escola da Magistratura, deu-se início à reunião da Comissão Multidisciplinar de Inclusão – CMI.

O Presidente fez a abertura e, na sequência, solicitou a apresentação dos componentes da Comissão. Com o fim do biênio da composição anterior, foram indicados novos membros, que foram atualizados pela Portaria Conjunta 95 de 28 de agosto de 2018.

Retomando a palavra, o Presidente falou, em caráter informativo, sobre ampliação dos temas de inclusão e a possibilidade, que está sendo questionada em PA, de ser trabalhada a inclusão referente aos temas gênero e raça.

Em seguida, foi solicitado aos membros que falassem o que suas unidades desenvolveram neste ano, referente à inclusão da pessoa com deficiência.

A Secretaria-Geral da Corregedoria relatou que fez a divulgação da Resolução 230/CNJ e do serviço de intérprete de LIBRAS para as unidades a ela subordinadas.

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

CMI
COMITÊ MULTIDISCIPLINAR DE INCLUSÃO

A Coordenadoria-Geral de Tecnologia da Informação trouxe dados de 2017 (100% de atendimento das demandas) e de 2018 (está concluindo a entrega de monitores, lupa eletrônica, tela de 32" e tentando viabilizar a compra de ferramenta de degravação – o servidor fala e o computador transcreve e teclado ergonômico. Todos os deficientes visuais receberam notebook.).

A SEMA informou que atende às demandas individuais, conforme são solicitadas (adaptações das estações de trabalho, alterações de guichê de atendimento e compra de cadeiras específicas) e que, atualmente, está em atendimento a demanda de uma servidora com nanismo, que contém mais de uma ação desta Secretaria.

A COB relatou atuar em projetos e obras das edificações do TJDFT, prevendo a acessibilidade ou corrigindo a falha desta. Como exemplo, citou a complexo do SIA, no qual o cadeirante que chegar de ônibus, consegue percorrer toda a área do complexo, pois há acessibilidade.

A SEAP esclarece que atua na manutenção dos prédios, de alguns equipamentos e mobiliários e também no layout (melhorias para a circulação de pessoas, sinalização vertical e horizontal, rampa, guarda-corpo, elevador com sinalização acessível...). No momento trabalha na acessibilidade do balcão do Palácio.

A SERH citou o cadastro da pessoa com deficiência, que está sendo executado pelas subsecretarias SUGIP e SUCAP e ações no boas-vindas aos novos servidores, entrevista com os servidores com deficiência na ocasião de sua posse (para orientar uma localização assistida) e atendimento ao gestor de servidor com deficiência, para orientar e fortalecer o gestor diante de possíveis dificuldades.

A Secretaria-Geral do TJDFT está participando pela primeira vez da Comissão e se propôs a atuar na divulgação de ações e priorizar demandas.

A CSI relatou a parceria ocorrida neste ano com o NIC, no curso de reciclagem que é realizado com algumas categorias de terceirizados (garagistas, recepcionistas e ascensoristas) e no qual há uma palestra sobre inclusão da pessoa com deficiência.

Aproveitando a exposição da CSI, o servidor Ernandes trouxe algumas dificuldades que ele enfrenta, como a falta de acessibilidade do PJE e falta de pró-atividade dos servidores terceirizados da recepção e da segurança diante da pessoa com deficiência, uma vez que não se oferecem para auxiliá-lo.

O Presidente interrompeu a sequência de relatos dos membros para falar do que espera da Comissão para este biênio. Ele falou em romper paradigmas, não só apagar incêndios (que também serão atendidos) e atender às demandas que surgirem. Dr. Fábio trouxe à reflexão que é necessário entender se a instituição TJDFT tem um processo de exclusão da pessoa com deficiência, pois ele tem dúvidas se os magistrados e servidores sabem que há um trabalho de inclusão. Ele acha importante a inclusão da Ouvidoria na Comissão. Nesse momento, Simone falou que também acha



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

CMI
COMITÊ MULTIDISCIPLINAR DE INCLUSÃO

importante a inclusão da Escola Judiciária e Carmen trouxe a necessidade de inclusão da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica.

Para a próxima reunião, o Dr. Fábio gostaria de começar um novo modelo de reunião do CMI, tendo a primeira parte formativa (dedicada à informação), para começarmos a construir um desenho institucional do assunto. Ele ressalta que todos nós precisamos de formação para discutir, para entender o assunto, porque quando temos formação e crítica, conseguimos nos antecipar aos problemas, sermos preventivos.

O Presidente retorna à sequência de relatos das unidades presentes.

A SESA informou que faz acompanhamento da pessoa com deficiência com as perícias e, agora, com o novo modelo biopsicossocial.

Encerrados os relatos das unidades presentes sobre as atividades referentes à pessoa com deficiência.

A representante dos servidores com deficiência trouxe a questão da periodicidade da perícia obrigatória para as pessoas com deficiência, que é feita em curtos espaços de tempo e ela traz para reflexão a possibilidade destas perícias acontecerem com espaços maiores entre elas.

Simone traz a proposta de iniciar o Plano de Ação 2019, pois é onde poderá constar ações para atender sugestões levantadas e outras que deverão ser pensadas a partir de agora. Ela sugere que até o dia 16/11 as unidades enviem para o NIC o seu plano de ação para 2019 e que, no início do ano, aconteça a primeira reunião da Comissão em 2019, já com o plano de ação pronto.

Daniella, sugere que sejam encaminhados à Secretaria-Geral da Corregedoria os PA's que estejam há um mês sem providências ou andamento, para que seja feita a intervenção necessária. Surge no grupo a questão de que todos os processos administrativos abertos pelas pessoas com deficiência têm prioridade, conforme a Resolução 230/CNJ, mas o SEI não traz a possibilidade de registrar a informação de que o servidor é pessoa com deficiência e, por isso, o PA não é tratado com prioridade até que seja aberto e o usuário identificado em especificidade (o que precisa acontecer em todas as unidades por onde o PA passar, o que atrasa seu andamento e não traz a efetividade à prerrogativa da prioridade). Carmen sugere que haja um marcador no SEI para fazer a identificação citada e se propõe a ver a questão em uma reunião da qual participará hoje.

Carmen também sugere que seja composto um plano otimizado e coordenado da Secretaria-Geral da Presidência junto às unidades a esta subordinadas e, para tanto, traz a possibilidade de fazer uma reunião da SEG com as referidas unidades, para a elaboração do plano de ação 2019 que apresentarão ao NIC.



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

CMI
COMITÊ MULTIDISCIPLINAR DE INCLUSÃO

Simone trouxe a informação de que o plano de gestão estratégico (do qual o NIC faz parte), inclui a implementação da avaliação biopsicossocial (sobre a qual será publicada uma portaria) e o cadastro da pessoa com deficiência como prioridades.

Dr. Fábio, por último, sugere uma reunião no final do ano, já com o formato incluindo a parte formativa no primeiro momento. A data desta reunião será informada pelo NIC em breve.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião às 15h52. A presente ata, por expressão da verdade, segue assinada pelo Senhor Juiz de Direito Fábio Francisco Esteves e pelos demais membros presentes.